

Aliados de ACM aderem à CPI após saída de Firmino

Novo presidente da Eletrobrás só deverá ser escolhido em 20 dias

● BRASÍLIA. Um dia depois de o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) assinar a CPI da Corrupção, o governo anunciou a já esperada demissão de Firmino Sampaio da presidência da Eletrobrás. O anúncio não foi feito pelo ministro das Minas e Energia, José Jorge, mas pela assessoria de imprensa do Ministério de Minas e Energia. A substituição só deverá acontecer dentro de 20 dias, quando haverá a assembléia-geral da Eletrobrás. Até lá ficará no lugar de Sampaio o catarinense Cláudio Ávila, ligado ao presidente do PFL, Jorge Bornhausen.

A primeira manifestação de apoio à CPI após a demissão de Firmino Sampaio foi feita pelo deputado Paulo Magalhães (PFL-BA):

— Com a demissão de Firmino, eu assino a CPI. E vamos assinar em bloco — disse o deputado, referindo-se aos 18 deputados liderados pelo senador baiano.

Antonio Carlos fez um curto comentário sobre a demissão:

— Trata-se de um ato mesquinho para fortalecer Bornhausen em Santa Catarina.

Pessoas próximas a Antonio Carlos confirmaram que, ao saber da exoneração do presidente da Eletrobrás, ele imediatamente autorizou deputados carlistas a assinarem o apoio à CPI.

O senador e ex-ministro da Previdência Waldeck Ornélas (PFL-BA) afirmou, irônico, que daria mais um crédito de confiança ao governo antes de se decidir:

— O governo pode, por exemplo, mandar o Banco Central divulgar o relatório sobre o escândalo do Banpará. Seria um bom gesto.

Ricardo Sérgio entra com queixa-crime contra ACM

O ex-diretor das áreas internacional e comercial do Banco do Brasil Ricardo Sérgio de Oliveira entrou ontem no Supremo Tribunal Federal (STF) com queixa-crime contra Antonio Carlos Magalhães. Durante sua briga com o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), o senador baiano fez denúncias contra o governo, afirmando ter ouvido de amigos que Ricardo Sérgio teria recebido comissão de R\$ 90 milhões para favorecer o consórcio Telemar no leilão de privatização da Telebrás. O ex-diretor do BB acusa o senador de calúnia ao lhe atribuir a prática do crime de corrupção passiva. ■